



O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal está prestes a entregar uma série de estudos sobre a "viabilidade da criação de doze áreas de risco para exploração de madeira". Em outras palavras, o IBDF prepara um grande plano para entrega a empresas particulares — certamente estrangeiras, pela falta de know-how brasileiro no setor — de áreas num total de 395 mil quilômetros quadrados para derrubada da floresta amazônica que, segundo os autores do plano, servirá para saldar parte importante de nossa dívida externa. Aqui, numa reportagem de Antonio Luiz Cunha Geremias, falamos da Amazônia de hoje e do que poderá sobrar dela, caso o projeto do IBDF seja posto em prática. Para isso, ouvimos o professor e ecólogo José Lutzenberger e o físico José Zatz, além de opiniões de Burt Marx e do jornalista Pedro Cafardo, expostas durante a semana. Enfim, apresentamos um roteiro para que se compreenda o estranho negócio que o País está prestes a fazer:

Troca-se: Amazônia quase nova por duplicatas da dívida externa

"É apenas mais um lance de um leilão que estão fazendo, essa gente imediatista". O comentário de José Lutzenberger, agrônomo, professor, ecólogo respeitado mundialmente, é seco e frio, sem força. Para quem o conhece de conferências, onde a sua figura magra e cabeluda assusta os presentes, é uma surpresa a sua reação à destruição que o Governo pretende fazer em quase 400.000 Km² da área florestal da Amazônia, com a desculpa de pagar a dívida externa brasileira, vendendo a madeira.

Mas a calma de Lutzenberger é finita, e termina rapidamente quando lembra a frase de Paulo Berutti, presidente do IBDF — Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — defendendo a exploração da Floresta Amazônica: "É inevitável, pois o Sudoeste da Ásia, que supre 85% do consumo mundial de madeira tropical, terá suas reservas esgotadas no ano 2000".

Para Lutzenberger, a filosofia expressa por Berutti pode ser conceituada de outra maneira: "Se os outros estão desgracados, nós temos que saltar nela também!". Ele procura se controlar, fala baixo, e afirma que "não é nada novo, a coisa já está acontecendo. Esteleto Governo apenas estão dando cunho oficial à coisa, a algo que já está acontecendo. Esta venda já está em plena marcha. Agora, apenas, tiveram mais cinismo, disseram abertamente as coisas. E veja como eles gostam de eufemismos: desde quando existe risco na exploração de madeira? Não há contrato de risco, não há risco na exploração da madeira".

Domingo passado, o jornal Folha de S. Paulo iniciou a denúncia da última façanha da "imaginação criadora" dos tecnocratas governamentais: a criação de áreas na Floresta Amazônica, imensas, onde grandes companhias madeireiras se instalariam, derrubariam as árvores e, com o dinheiro resultante da venda da madeira, poderia ser paga a dívida externa — 40 bilhões de dólares.

Imediatamente, os desmentidos começaram a correr: "Não é bem isso", "não se pretende vender a terra (afirmação nunca feita por nenhum jornal)", etc e tal. E as informações foram vazando, sempre desencontradas. Algumas áreas governamentais negavam a intenção, como o próprio ministro da Agricultura, Alysso Paulineili, que afirmou tratar-se de "um estudo, como tantos outros". No mesmo dia e hora, outras fontes confirmavam a intenção, dando, inclusive, detalhes do plano, do andamento dos estudos, da data de implantação — até março de 1979: "A implementação do projeto é inevitável, e será feita ainda neste governo".

Algumas áreas governamentais, mais audaciosas — embora, por vezes se escondendo atrás do anonimato — lançavam balões de ensaio, tentando ver até que ponto a reação popular seria contrária.

E, como não podia faltar, alguém falou o óbvio: como as empresas nacionais não têm "know-how" suficiente, nem experiência em destruição grande — 395 mil quilômetros quadrados, aproximadamente 30% da Floresta Amazônica — as multinacionais madeireiras deveriam ser convocadas.

No final desta semana, os jornais anunciavam que a fase dos balões de ensaio acabara. Não se testará mais a reação popular: o general Hugo de Almeida, responsável pela Superintendência da Amazônia, revelou que as 12 áreas iniciais do projeto já estão escolhidas, "com base em dados do projeto Radam".



O professor Lutzenberger

Lutzenberger não fica apenas nas considerações. Ele já sobreviveu a região mais de uma vez, e explica porque diz que a criação de "áreas de risco para exploração florestal" não passa de mero oficialismo. Ele conta das centenas de queimadas que se realizam para efetivar o desmatamento e a subsequente transformação de áreas em pastagens; suas histórias são confirmadas por fotografias de locais devastados.

Ele fala, também, de indústrias que estão na Amazônia Brasileira há anos, "derrubando e exportando mogno". Lutzenberger se emociona quando trata dos aspectos políticos do caso "cinismo verde": "eles estão fazendo presente de algo que não é deles. A Amazônia é da Nação brasileira, presente e, principalmente, futura, é da Humanidade".

O físico e especialista em bio-cobertura de energia José Zatz, professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo, explica de que maneira é possível o surgimento de idéias como a destruição da Floresta Amazônica: "É mais um caso onde um punhado de tecnocratas que acreditam que o mundo seja regido pelas regras da economia, decidem sobre o Homem e a Natureza, sem o mínimo respeito às regras elementares da dignidade humana e sem compreender que os recursos naturais são parte de nós mesmos, que a destruição sistemática de espécies animais e vegetais, como aquelas que vivem na Amazônia, deverão, a longo prazo, causar danos irreversíveis a todos nós. Inventam-se chavões ridículos como o "povoamento da Amazônia", ou então, mais ridículos ainda, como o "pagamento da nossa dívida externa", como se ela fosse nossa".

O general Hugo de Almeida fala em dados do projeto Radam — Radar da Amazônia — um estudo feito por especialistas em aerofotogrametria. Só que o general se esquece de lembrar outros pontos deste projeto. Em 23 de dezembro de 1977, técnicos do Projeto Radam concluíam que "a Amazônia poderá virar um deserto com o desmatamento indiscriminado". Estes técnicos em vegetação chegaram a tal conclusão depois da descoberta, no meio da Floresta, de áreas de campos cerrados, típicas do sul do Brasil, significando que não haverá reflorestamento se houver devastação.

A Amazônia tem uma floresta climática, isto é, só se manterá intacta enquanto as condições ambientais se mantiverem, em função do clima e da umidade. Ao longo da Belém-Brasília, já existe um deserto de quase um quilômetro de cada lado.

As próprias declarações de Berutti sobre as florestas do Sudoeste Asiático confirmam este ponto: se elas estarão destruídas no ano 2000, isso acontecerá porque o reflorestamento não é possível. Estudos de enciclopédias — para não irmos muito longe — afirmam que o solo amazônico não é tão rico como se pensa, e que uma das condições básicas para a sobrevivência do verde é a manutenção do húmus produzidos pela própria vegetação, que se alimenta dele.

Quando o ecólogo Lutzenberger fala das mudanças que ocorrerão com o desmatamento, ele se refere, também ao clima: "a destruição de uma proporção considerável da Amazônia significa uma alteração grave no clima regional o que, inevitavelmente, levará a uma alteração no clima global, alterações essas imprevisíveis, mas que certamente não serão para melhor".

"Os meteorologistas sabem hoje que a Floresta Amazônica, com os ventos predominantes de Leste para Oeste, reciclam de 4 a 6 vezes suas próprias chuvas. A derrubada da Floresta diminuirá a evapo-transpiração e aumentará o fluxo de água ao oceano, através dos rios. Assim, é certo que uma derrubada maciça na parte oriental da Amazônia, significará uma mudança de clima na parte ocidental, o que poderá significar destruição de florestas mesmo se não derrubadas".

O paisagista Burt Marx, falando sobre o assunto, afirmou que o IBDF é incompetente, dizendo que ficou aterrorizado

com o que viu, quando sobreviveu a Floresta: "queimadas gigantescas, destruições incalculáveis e a passos largos. Agora, vão se oficializar as destruições que já vinham sendo feitas, principalmente por empresas multinacionais". Lembrou, também, o uso do uso de desfolhantes na área, assim como o funcionamento de serrarias, "intencionalmente".

Para o físico Zatz, "o povo brasileiro paga impostos altos, porque tecnocratas irresponsáveis inventam obras faraônicas, de pouca utilidade para a população, aumentando, com isso, nos últimos anos, de maneira sistemática a "nossa" dívida externa".

"O que se pretende agora, na Amazônia, é levar a cabo uma manobra que há vários anos é pretendida por grandes companhias multinacionais, cujos interesses nesta região do Brasil são sabidamente escusos, denunciadas em várias ocasiões por diferentes cientistas. No Brasil, há muitos anos que temos denunciado não existir nenhuma política energética coerente e muito menos uma política ambiental digna".

É José Lutzenberger, refletindo o mesmo pensamento sobre a política ambiental, afirma que "uma derrubada considerável significará a destruição do atual equilíbrio hídrico. O sistema hídrico da Amazônia é um dos sistemas harmonicamente mais bem equilibrados, mas que já está mostrando sinais de incipiente desequilíbrio. Caso a devastação prevista se realize, teremos na Amazônia, cheias cataclísmicas como nunca se viu no planeta, alternadas com estiagens desoladoras".

E Zatz continua: "no campo da energia, em nome do progresso industrial, do pretendido progresso, fecham-se contratos imensos, como o Acordo Nuclear e a construção de Itaipu, sem que se compreenda que o déficit energético brasileiro encontra-se nas regiões onde as populações não têm o mínimo necessário para se alimentar. A política energética do Governo reforça o crescimento industrial dos grandes polos, onde se concentram as multinacionais, em detrimento de uma distribuição mais justa da energia a todos os brasileiros. A política ambiental é ridícula".

"As declarações que se sucederam à divulgação de um estudo para a venda da madeira da Floresta Amazônica revelam um incrível descortamento entre as autoridades do governo federal". A frase é do jornalista Pedro Cafardo, editor de Economia do jornal Folha de São Paulo.

Mais que a simples constatação do absurdo num caso particular, ela mostra claramente o absurdo a que a política — enquanto um todo do Governo está relegada. No mesmo dia em que o general Hugo de Almeida anunciava o tamanho e localização aproximada das áreas para exploração (e talvez o termo deve ser entendido literalmente), o Secretário do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, desmentia a existência dos contratos para desmatamento: "ninguém está pensando em devastar a Amazônia", para ele, tais notícias são "infundadas".

Lutzenberger não se assusta com a confusão e aparente desencontro de informações. Ele já deixou claro que acredita em qualquer coisa que venha do Governo, assim como acredita que a concessão de áreas a empresas é mero oficializar de um fato real, ocorrido e ocorrendo.

Ele enumerou o desastre biológico que será esta devastação: "biologicamente, será um dos maiores desastres da História. De uma História que já tem 13,5 bilhões de anos. Neste período, nunca te-

temunhamos desastres como esse. A Selva Amazônica é a última grande selva mais ou menos intacta do planeta. Se temos o grande privilégio de conter esta maravilha em nossas fronteiras, isso significa, também, uma grande responsabilidade".

Lutzenberger interrompe para usar uma metáfora — ele ainda está furioso com a declaração de Paulo Berutti sobre o desmatamento no Sudoeste Asiático: "Em termos de floresta o globo está, hoje, numa situação de cachorro sarmento que já está quase nu, mas sobram ainda alguns tufo de pelos, a maioria pequeninhos. Mas há um tufo grande, ainda (relativamente). A posição do IBDF é que, se o resto está sarmento, temos que acabar com o nosso tufo, também".

Ele volta a falar do problema biológico. "A destruição significará o desaparecimento de centenas de milhares de espécies. A perda de uma espécie é irreversível. Significa que o Universo está mais pobre. Toda espécie é resultado de centenas de milhões de anos de lenta e paciente evolução orgânica e irreversível".

O que é que a Amazônia tem? Isto é, além de madeiras finas, madeiras industriais, madeira para queima, potencial hidrelétrico incalculável, importância imensa para o equilíbrio ecológico mundial, maior ainda para a América Latina? Além disso, o que mais a Amazônia tem, que a torna cobiçada por todo o mundo?

A Amazônia tem: ouro, manganês, ferro, prata, calcário, argila, cascalho, chumbo, cobre, cassiterita, salgema, diamante, estanho, cristal de rocha, xistos betuminosos, gás natural, diatomitos, zinco. Reservas imensas, detetadas pelos radares do Projeto Radam e por outras pesquisas feitas pelos Estados Unidos, via satélite, pela Rússia, por países europeus. Talvez isso explique o interesse sempre demonstrado por empresas multinacionais.

Mas não explica — ou será que explica? — o desinteresse demonstrado, nos últimos 14 anos, pela exploração racional, voltada para o Homem, destes recursos, pelos governos "revolucionários". E fato sabido que se tem pesquisado áreas imensas da Amazônia, por cientistas estrangeiros, sem que os resultados sejam conhecidos. Embora o Governo brasileiro tenha conhecimento dessas riquezas, preferiu gastar fábulas na construção da rodovia Transamazônica, absolutamente inútil, largada às tracas, cobras e onças, do que investir em exploração de minério.

De toda essa confusão, uma pergunta continua sem resposta: na medida em que existem projetos como o Jari, de propriedade da Volkswagen (uma área enorme) e o de propriedade do norte-americano Daniel Ludwig, sem que a Nação brasileira possa saber o que acontece nessas áreas, já que a entrada é proibida, o que impede as pessoas de pensarem que estas áreas de exploração florestal não serão outros tantos campos de concentração, fechados, murados, silenciosos, onde a riqueza nacional seja roubada, juntamente com a madeira? Talvez a comparação feita por um deputado americano, que chamou o Brasil de "quintal dos Estados Unidos", não corresponda à realidade. A situação seria mais parecida com a de um restaurante em que as pessoas entram, sentam e comem, transferindo a conta para os donos do prédio que ficam olhando pelas janelas e dando a gorjeta para os gerentes.

As alegações oficiais, de que a entrega do potencial madeireiro da Amazônia a empresas particulares, serviria para levantar recursos para o pagamento dos débitos externos, é duramente combatida por Zatz e Lutzenberger.

José Zatz diz que "por entre interesses e brigas, as vezes se problem empresas como a Braskraft, e deixa-se instalar no País empresas que põem tanto ou mais que essa. O Projeto Jari, que foi denunciado até mesmo nas Nações Unidas como criminoso, teve livre curso no atual governo. As manobras atuais de destruir 395 mil quilômetros quadrados da Floresta Amazônica — quase 30% — é um passo adiante nessa escalada diabólica. Estão errados aqueles que acreditam inocentemente que tais projetos diminuem a "nossa" dívida. Pois o projeto Jari aumentou, no ano passado, a dívida externa em 1 bilhão de dólares".

José Lutzenberger: "Isso é uma imbecilidade! Ela (a dívida externa) é con-



O físico José Zatz

seqüência do absurdo e suicida modelo econômico que estamos seguindo. Um modelo que tem como alvo a concentração do capital, isto é, de poder, e não progresso em seu verdadeiro sentido. Que é o aumento da soma de felicidade humana. E verdade que temos que pagar essa dívida, mas temos que mudar de rumo. Dívida não se paga com capital, mas com renda.

"Temos imensas possibilidades neste País de dimensões continentais, mas isso não quer dizer que possamos continuar na orgia. As áreas já desbravadas oferecem possibilidades incalculáveis se soubermos frear a devastação e partir para a prática construtiva. Temos ainda uma agricultura de rapina, que vive do consumo da paisagem. Por que não se parte para uma agricultura orgânica, que significa a reconstrução da paisagem, dos recursos vitais? Até hoje, desconheço propósito oficial no sentido de frear, por exemplo, o flagelo da pirâmida nacional.

"Quem sobreviveu este País, em toda parte, vê fumaças, incêndios e as manchas das queimadas. Dão conta das milhares de toneladas de biomassa queimadas/evaporadas, anualmente, sem nenhuma vantagem. Somente a solução do problema da agricultura de rapina e das queimadas, além de fortalecerem nossas bases de subsistência, poderia significar uma cristalização de um novo propósito de unidade nacional. Onde está a imaginação dos nossos governantes?"

José Zatz: "O Homem tem que entrar nos grandes ciclos da Natureza e preservá-los. Com equilíbrio, todos vivem".

O superintendente da Amazônia, general Hugo de Almeida, anunciou que 395 mil quilômetros quadrados da Amazônia serão usados em doze áreas de desmatamento; são 39.504.000 de hectares. Dentro da Amazônia Legal, é a seguinte a distribuição das áreas: Acre 6.292.000 hectares; Amazonas 20.701.000 hectares; Pará 10.247.000 hectares; Amapá 1.538.000 hectares e Maranhão 726.000 hectares.

No dia 6 de dezembro deste ano, o diretor do departamento econômico do IBDF, Paulo Lopes Viana, anunciou que a área-piloto, a ser implantada, teria 165.000 hectares e se localizaria na Reserva Nacional de Tapajós, que tem 600.000 hectares. No dia 11 de agosto de 1971, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Sudam anunciou que, no Vale do Médio Tapajós, havia sido confirmada a existência de reservas de chumbo, cobre, cassiterita "e outros" minérios.

Mera coincidência, dirão os tecnocratas. Contudo, uma coincidência perigosa. Num País onde a Dow Química tem o único porto particular em funcionamento na Bahia, também com a entrada proibida para "estranhos", seria de se prestar atenção no futuro desta coincidência.

Se as outras "áreas de exploração da reserva florestal" situarem-se, também, em locais onde o Projeto Radam indicou a existência de minérios valiosos, não será mais coincidência. Há outro nome para isso.